COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.018/2013

(apensado PL 7453/2014)

Dispõe sobre o armazenamento de imagens em dispositivos de monitoramento e gravação eletrônica por meio de circuito fechado em locais ou estabelecimentos abertos ao público em geral ou onde são realizados eventos públicos ou privados.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 5º do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

JUSTIFICATIVA

O artigo 5º e seus incisos I, II e III, do Substitutivo aos Projetos de Lei n.º 7018 de 2013 e 7.453 de 2014 garante o acesso ao material registrado por sistema de monitoramento de imagem e áudio.

Ocorre que referido dispositivo não pode ser mantido, pois ele se confronta com o art. 4º do mesmo projeto que, acertadamente, prevê que o acesso será “concedido somente mediante autorização judicial, a qual deverá indicar expressamente o intervalo de tempo a ser disponibilizado”.

Salienta-se inclusive, que cabe somente o Poder Judiciário, após análise de fatos e provas, conceder o acesso, para não se banalizar e também para preservar direito personalíssimo de todo cidadão brasileiro.

Ademais, somente a determinação pelo Judiciário, prevista no art. 4º, mantém a segurança necessária ao acesso às gravações, dando plena vigência aos princípios constitucionais presentes em nosso ordenamento jurídico e, conseqüentemente, afastando exposições desnecessárias que seriam provocadas pelo livre e indiscriminado acesso, como foi proposto pelo art. 5º e seus incisos e que deve ser afastado.

Aliás, se houver dois dispositivos contraditórios, como proposto, faltaria precisão e clareza e, por conseqüência, caracteriza inobservância do art. 11 da Lei Complementar nº 95/98: “As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica...”.

Assim, há que ser excluído o art. 5º e seus incisos, pois ele também não considera as diretrizes traçadas pela Lei Complementar nº 95/98 que visa à manutenção da elaboração de leis de boa qualidade, preservando

a coerência e a harmonia do ordenamento jurídico e aumentando a segurança jurídica.

Além disto, o acatamento desta proposta evita situações insustentáveis, como por exemplo: demandas volumosas para o operador do direito, que muitas vezes não seria nem necessárias.

Vale dizer que a exigência proposta pelo Projeto não observou a necessidade de se ponderar o ônus imposto em relação ao benefício resultante de tal medida, violando o princípio constitucional da proporcionalidade, o que também justifica o acolhimento para presente emenda.

Sala da Comissão, de março de 2015.

Jerônimo Goergen

Deputado Federal – PP/RS